

Brasília, 02 de junho de 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 182, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho apresentar:

DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO

relativa aos Projetos de Lei nº. **2.648/2015; 6.697/2009; 2.646/2015; 4.244/2015; 2.742/2015; 2.647/2015; 2.743/2015; 2.747/2015; 4.250/2015; 4.251/2015; 4.252/2015; 4.253/2015; 4.254/2015; 4.255/2015;** pelos motivos abaixo indicados.

Os Projetos de Lei em epígrafe foram objetos de Sessão Deliberativa Extraordinária, na data de 01 de junho de 2016, e submetidos à efetiva deliberação mediante acordo celebrado entre as Lideranças Partidárias do Governo e da Oposição, não sendo facultado, a nenhum parlamentar, a manifestação de sua posição com relação à matéria de tamanha relevância para o país. Por essa razão, valho-me, pois, deste instrumento regimental para fazer constar o meu real posicionamento.

Todas as proposições legislativas discutidas cuidam de aumento e/ou reajustes de remuneração a inúmeros cargos e carreiras do serviço público. Sabemos da importância e do grande número de servidores que, sem dúvida, merecem todo o respeito e reconhecimento não só de nós, parlamentares desta Casa de Leis, bem como de toda a sociedade brasileira.

Logo, sem demagogia, em nenhum momento me posicionaria contrário em relação ao merecimento dos servidores ocupantes de cargos e carreiras abrangidos pelos PLs referidos acima, no que tange à recomposição remuneratória por perdas inflacionárias.

Contudo, esse, na minha opinião, não é o momento apropriado de expandir gastos, principalmente, depois de termos votado na semana passada a mudança da meta fiscal, com déficit de mais de R\$ 170 bilhões. Na defesa da aprovação dos mesmos, foi ressaltado que todos estão previstos no Orçamento Geral da União deste ano, porém, ele foi elaborado a partir de um cenário macroeconômico irreal, sem que a verdadeira situação orçamentária, fiscal e econômica fosse de conhecimento desse Parlamento.

O país está passando por sérias dificuldades na saúde, educação, segurança, e nesse momento, muitos, que não tem a estabilidade, como a maioria abrangida por esses projetos, estão perdendo o emprego, sem nenhuma outra fonte de renda e condição de manter suas famílias. Não é justo que somente os mais necessitados paguem a conta.

Entendo que são anos sem reajuste. Mas, e quanto aos desempregados que não dispõem da menor perspectiva de retorno ao mercado de trabalho, os quais não possuem condições de pagamento de suas despesas mais básicas? Será que esses recursos inicialmente previstos no orçamento não poderiam ser, nesse momento de crise, realocados e utilizados na mudança desse cenário?

Por todo o exposto, mesmo reconhecendo o mérito das propostas e o merecimento dos servidores públicos, não posso deixar de me posicionar

nessa hora de crise e me **MANIFESTAR CONTRÁRIO À APROVAÇÃO DE TODOS OS PROJETOS DE LEI RELACIONADOS NESSA DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO POR TRAZER AUMENTOS DE BILHÕES DE REAIS AOS COFRES PÚBLICOS.**

Respeitosamente,

Marcio Alvino
Deputado Federal
Partido da República/SP